ESTIMATIVAS MOSTRAM QUE A ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL VAI ENCOLHER NO PRÓXIMO AN CORREID BRAZILIENSE

ESTIMATIVAS MOSTRAM QUE A ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL VAI ENCOLHER NO PRÓXIMO ANO CORREID BRAZILIENSE REPORTAGEM 0176 BRASÍLIA

Marcello Sigwalt Da equipe do Correio

om uma economia baseada no poder de compra dos servidores públicos, o Distrito Federal será atingido pelas medidas de ajuste fiscal. Vão contribuir para esse resultado, o aumento da contribuição previdenciária; a elevação das alíquotas da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O presidente do Sindicato dos Economistas de Brasília e coordenador de análise econômica da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Planalto Central (Codeplan), Júlio Miragaya, estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal, a exemplo de outros estados, deverá acompanhar a trajetória nacional e ficar negativo em 2% em 1999. Este ano, o PIB regional cresceu apenas 0,5% sobre o de 1997 e atingiu US\$ 22 bilhões. Com a queda no ritmo de crescimento, o DF ficará mais pobre.

Miragaya adianta que seria preciso ter um crescimento de 6% do PIB para que a economia pudesse absorver integralmente o contingente de pessoas que ingressam todos os anos no mercado de trabalho. "Nem mesmo o aumento da produtividade é suficiente para compensar o crescimento baixo do PIB", explica.

O coordenador da Codeplan diz que o maior movimento no final deste ano representará apenas um impulso ao consumo e não será mantido nos meses seguintes. "Observaremos, a exemplo dos anos anteriores, uma bolha de consumo que logo vai estourar.'

Eletrodomésticos, automóveis e móveis serão os setores econômicos mais atingidos pelo pacote fiscal. O principal motivo é que o consumidor destinará a maioria de seus recursos para o ramo de alimentação. "Artigos de primeira necessidade serão priorizados", prevê Miragaya.

O presidente da Federação do Comércio local (Fecomércio), Sérgio Koffes, avalia que somente a redução da taxa de juros para o consumidor ao patamar de 20% ao ano poderá res verter a escalada de demissões em 1999. "Este ano, perdemos dez mil postos de trabalho, mas essa perda foi em parte compensada com a inauguração de três shopping centers, agências de automóveis e supermercados".



Lívio defende uma reforma tributária já, ele diz que será obrigado a demitir pelo menos oito dos 160 funcionários para suportar o maior peso dos impostos

Koffes aponta como inimigo número um dos empresários a CPMF, que de provisória passou a permanente. "Essa contribuição está presente em todas as fases da cadeia produtiva, é um imposto em cascata, pago mais uma vez pelo cliente.' Nem mesmo a proposta alternativa do governo, de substituir a CPMF pelo imposto verde (sobre combustíveis), acalma os ânimos de Koffes. Ele calcula que o novo imposto representará um custo extra de 42% ao consumidor final.

Como se não bastasse o tranco tributário, as perspectivas não são nada animadoras. Os funcionários públicos entrarão no quinto ano sem reajuste salarial. "Brasília tem uma característica distinta de outras regiões econômicas. Não possui agricultura, pecuária, grandes indústrias, mas é movimentada basicamente pelo setor público. Daí a nossa maior dificuldade", analisa Koffes.

Os cortes orçamentários nos investimentos pelo setor público também são lembrados pelo presidente da Fecomércio. "A menor contrata-

ção de serviços também reforçará a retração do consumo", afirma. O vice-presidente da Federação da Indústrias (Fibra), Eduardo Almeida Santos, destaca que a maior carga tributária não é a solução adequada para combater a crise. "Em vez de aumentar tributos, o correto seria expandir a base de arrecadação.'

IMPORTADOS

Santos critica também a concorrência desleal dos produtos importados da Ásia com aqueles produzidos no mercado local. "Com a redução do poder de compra do consumidor do DF, essa concorrência se tornará mais acirrada."

O vice-presidente da Associação Comercial do DF, Fernando Brites, considera inevitável a expansão do desemprego, mas entende que os reflexos do pacote só serão sentidos com maior intensidade daqui a um ano. Ele lembra que a incidência em cascata do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) é um dos principais problemas enfrentados pelo setor.

A dificuldade para atingir o consumidor está fazendo com que as indústrias automobilísticas montem sistemas de venda direto ao consumidor, eliminando o intermediário na operação. Outro obstáculo para a atividade, assinala Brites, é o fato de que o governo tem pautado sua política econômica no sentido de estimular a poupança. "O governo resolveu o problema dele. O que ocorre com o setor produtivo não lhe diz respeito."

Ele calcula que o pacote fiscal poderá provocar um reajuste médio de preços de 3% a 4%, quase que instantaneamente. "Não temos como absorver um custo desses de uma só vez", reclama. Como solução para evitar que a crise na área comercial se aprofunde, Brites entende que o governo deveria reduzir os impostos ou promover uma simplificação tributária, aumentando assim a base da arrecadação.

O dono da rede de lojas Polar Tintas, Lívio Pereira, está pessimista em relação à economia nos próximos meses. "Minha margem de lucro deverá cair dos atuais 4,5% para 1%", lamenta. O empresário adianta que será obrigado a demitir pelo menos oito pessoas (são 160 funcionários ao todo) para suportar o aumento dos impostos.

Como única solução para manterse no mercado, Lívio defende a refor-ma tributária. "O Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento do mundo que insiste em tributar a produção e não o consumo", afirma. Ele sugere a substituição dos tributos sobre a atividade produtiva, no contexto da reforma, pelo Imposto sobre Valores Agregados (IVA), incidente sobre a venda final ao consumidor.

A crise econômica também afetou a capacidade de investimento da Polar Tintas. "Tive de abandonar o projeto de destinar 1% do meu orçamento anual para pesquisa tecnológica", conta Lívio, que diminuiu de 90 dias para 30 dias o tempo de giro de seu estoque. Para completar, ele cancelou a encomenda de brindes com que presenteava a clientela, todos os finais de ano. "Vou ter de esquecer bonés e camisetas. Esse ano não vai dar", confessa.